



## **CONVITE CONSULTA PRÉVIA SERVIÇOS CENTRAIS**

**NPD 2525000105**

### **Capítulo I**

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

- a) O objecto do convite é a aquisição de **artigos de higiene pessoal para o ano de 2025 para os SC/CED e Cursos de Formação da Casa Pia de Lisboa, I. P.**, conforme descrito no caderno de encargos do presente procedimento.
- b) O presente convite é efetuado ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 40.º e com o disposto no artigo 112.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Entidade Adjudicante**

A Entidade Pública Adjudicante é a CPL I.P., sita na Avenida do Restelo, n.º 1, 1449-008 Lisboa, NIPC 501390642, com os números de telefone 213 614 000 e com o endereço de correio electrónico: [contratacao publica@casapia.pt](mailto:contratacao publica@casapia.pt) e a plataforma electrónica utilizada: Acingov.

#### **Cláusula 3.ª**

##### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Diretor de Departamento de Serviços Partilhados, Dr. Álvaro Eduardo da Costa Amaral, cargo para o qual foi nomeado pelo Conselho Diretivo em 03/05/2023, publicado no Diário da República, II Série, n.º 126, de 30 de junho de 2023 e ao abrigo da Deliberação n.º 345/2023, de delegação de competências publicada no Diário da República, II Série, n.º 63, de 29 de março de 2023, órgão competente para autorizar a despesa, nos termos previstos, fundamentando a escolha do procedimento ao abrigo da base legal constante na alínea b) do n.º 1 deste convite.



A escolha do procedimento – consulta prévia - é efetuada ao abrigo da base legal constante na alínea c), do n.º 1, do artigo 20.º do CCP.

A despesa inerente ao presente procedimento foi autorizada com base nos pré-cabimentos n.º **8225000144** e **8225000166**.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Fundamento do Procedimento**

A escolha do procedimento de consulta prévia a três entidades da especialidade, resulta:

a) do artigo 20.º n.º 1 do alínea c);

Conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 40.º e com o disposto no artigo 112.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Prazo e Modo de apresentação da proposta**

A proposta, bem como todos os documentos que a integram, devem ser enviadas através da plataforma Acingov, até às 23:59 do **6.º dia**, a contar da data do envio do presente convite.

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados, pelo mesmo meio indicado na alínea anterior.

Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por um representante que tenha poderes para obrigar a entidade.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Caracterização dos bens/serviços**

As características/especificações técnicas dos bens estão definidas no caderno de encargos e no **CE Anexo A – Quantidades e Características dos Bens a Adquirir**, que é parte integrante do mesmo.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Prazo de execução**



O contrato contempla o fornecimento dos bens a partir da data de envio das notas de encomenda pela Casa Pia de Lisboa, I. P. e até ao prazo de **30 (trinta) dias**, tendo a entrega total dos bens que ocorrer, no máximo, até 15-12-2025.

O contrato manter-se-á em vigor até total cumprimento do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Preço base do procedimento**

O preço base corresponde ao montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, incluindo eventuais renovações do mesmo.

O preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pelos bens/serviços objeto do presente procedimento, é de **€ 15.275,00 (quinze mil, duzentos e setenta e cinco euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

O preço referido no parágrafo anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CPL, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objecto do contrato para o respectivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Durante a vigência do contrato não haverá lugar a revisão/actualização do preço contratado.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Dúvidas e esclarecimentos**

Nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detectados.

Os pedidos de esclarecimentos, bem como a lista de erros e omissões dever ser remetida através da funcionalidade existente na referida plataforma Acingov.

Os esclarecimentos a que se refere o parágrafo anterior serão prestados por escrito, pelo júri designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, pelo mesmo meio.



## **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

### **Documentos da Proposta**

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Pela declaração do Anexo I do Código dos Contratos Públicos a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, devidamente preenchida, em anexo ao presente convite.
  - b) Pelos documentos que, em função do objecto do contrato a celebrar e dos aspectos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
  - c) Documentos exigidos pelo convite que contenham os termos ou condições relativas a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule.
2. Elementos a indicar obrigatoriamente na proposta:
  - a) Referência do procedimento;
  - b) Designação oficial do(a) proponente;
  - a. Preço total da prestação de serviços/fornecimento de bens, sem inclusão do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), com um máximo de duas casas decimais;
  - c) Preços unitários se aplicável;
  - d) Prazo de validade da proposta (caso este seja superior a prazo estabelecido).
3. Elementos a incluir na proposta:
  - a. Listagem dos produtos a fornecer que possuem Licença de Utilização do Rótulo Ecológico da EU;
  - b. Outros elementos que se julguem relevantes para completar a sua proposta.
4. Condições da proposta:
  - i. A proposta, bem como todos os documentos que a integram devem ser assinados pelo concorrente ou por um representante que tenha poderes para obrigar a entidade.
  - ii. Não são admitidas alterações de cláusulas do caderno de encargos.
  - iii. Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nos termos do número 7 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos.
  - iv. A proposta, os documentos que constituem a proposta, bem como os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.



### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

#### **Exclusão da Proposta**

Constituem motivo de exclusão das propostas apresentadas:

- a. A não apresentação dos documentos, ou indicação de algum dos elementos obrigatórios referidos na cláusula 10.<sup>a</sup> Documentos da Proposta do presente convite;
- b. Os indicados no n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos;
- c. O não cumprimento do disposto em qualquer das disposições deste convite e caderno de encargos.

### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

#### **Preço ou custo anormalmente baixo**

1. O preço ou custo de uma proposta poderá ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato, conforme previsto no n.º 2 do artigo 71º do Código dos Contratos Públicos.

2. No caso previsto no número anterior, será solicitada, previamente, ao respetivo concorrente que preste esclarecimentos, por escrito e em prazo adequado, relativo aos elementos constitutivos relevantes da sua proposta.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Critério de Adjudicação**

1) A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa, nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 74.º do CCP - multifator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado pelos seguintes fatores e subfactores e, de acordo com o seguinte modelo:

$$CF = 0,70 \times P + 0,30 \times RE$$

Em que:

CF - Classificação Final da Proposta em avaliação, numa escala de 0 a 100 pontos;

P – Valoração atribuída à proposta no Fator “Preço”;

RE - Valoração atribuída à proposta no Fator “Produtos com Licença de Utilização do Rótulo Ecológico da EU”

#### **1.1. - Fatores de avaliação:**



i) Preço (70%). O fator preço será calculado de acordo com a seguinte expressão, com o limite máximo de 100 pontos:

$$V_p = 170 - (P_p/P_b \times 100)$$

Em que:

V<sub>p</sub> – Valoração a atribuir no fator Preço;

P<sub>p</sub> – Preço da proposta apresentada em euros;

P<sub>b</sub> – Preço Base do procedimento em euros.

ii) Produtos com Licença de Utilização do Rótulo Ecológico da UE (30%): As propostas serão valoradas de 0 a 100 pontos, resultante do número de produtos que sejam detentores de Licença de Utilização do Rótulo Ecológico da União Europeia, tendo em conta o seguinte quadro classificativo por patamares:

- a) A proposta não apresenta qualquer compromisso nesta matéria: 0 pontos;
- b) A proposta apresenta uma listagem de produtos, conforme solicitada na alínea a) do n.º 3 da cláusula 10.ª, na qual assume o compromisso de fornecer um mínimo de 1 produto e um máximo de 2 produtos detentores de licença de utilização do rótulo Ecológico da EU: 50 pontos;
- c) A proposta apresenta uma listagem de produtos, conforme solicitada na alínea a) do n.º 3 da cláusula 10.ª, na qual assume o compromisso de fornecer um mínimo de 3 e um máximo de 5 produtos detentores de licença de utilização do rótulo Ecológico da EU: 75 pontos
- d) A proposta apresenta uma listagem de produtos, conforme solicitada na alínea a) do n.º 3 da cláusula 10.ª, na qual assume o compromisso de fornecer pelo menos 6 produtos detentores de licença de utilização do rótulo Ecológico da EU: 100 pontos.

1.2. Em caso de empate será utilizado o sorteio para efeitos de desempate que se rege pelas seguintes regras:

- a) O sorteio será realizado através da retirada de bolas identificadas com o n.º de entrada das propostas dos concorrentes, podendo assistir ao mesmo os concorrentes com propostas empatadas;
- b) A primeira bola retirada corresponderá à proposta a adjudicar;



- c) Serão retiradas todas as bolas, a fim de ordenar os concorrentes e acautelar eventuais problemas na fase de apresentação dos documentos de habilitação.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Prazo de Manutenção das Propostas**

O prazo de manutenção das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias, contados a partir da data limite da apresentação das propostas.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Documentos de Habilitação**

O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da adjudicação, os seguintes documentos redigidos em língua portuguesa, via Acingov, plataforma eletrónica de contratação pública:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do mesmo código;
- b) Certidão da Conservatória do Registo Comercial com a indicação dos representantes legais com poderes para proceder a outorga do contrato e a que título, e caso seja por mandato, a respetiva procuração.
- c) Registo Central de Beneficiário Efetivo, nos termos do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;
- d) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, ficando dispensado da apresentação destes documentos caso o adjudicatário se encontre inscrito no Portal de Fornecedores do Estado, devendo, neste caso, apresentar o respetivo comprovativo de inscrição.

Nomeadamente:

- (i) Declaração comprovativa de não ser devedor à Segurança Social;
- (ii) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada passada pela Repartição de Finanças;
- (iii) Declaração Certidão de registo criminal de pessoa coletiva;
- (iii) Declaração Certidão de registo criminal de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **Caução**



No presente procedimento não é exigida a prestação de caução nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Outorga do Contrato**

No presente procedimento será reduzido a escrito, de acordo com o disposto no art. 95.º do CCP.

1. O contrato resultante do presente procedimento será reduzido a escrito, de acordo com o disposto no art. 95.º do CCP, no prazo máximo de 30 dias após a aceitação da minuta pelo adjudicatário.
2. O contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, podendo ser em suporte de papel quando não tiver sido utilizada plataforma eletrónica para a tramitação do procedimento.
3. Todas as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Legislação Aplicável**

Em tudo o omissa na presente carta convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua versão atualizada e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e retificado pelas declarações de retificação n.ºs 36-A/2017, de 30/10 e 42/2017 de 30/1, e restante legislação aplicável.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Avaliação de Fornecedores**

A CPL, I.P. irá proceder à avaliação da prestação de serviços/fornecimento de bens, de acordo com 2 critérios: conformidade da entrega (62.50%) e prazo de entrega (37.50%).

Esta avaliação será comunicada ao(s) adjudicatário(s) no início do ano civil seguinte ao da prestação.

#### **ANEXA:**

- a) Anexo I ao convite – declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- a) Caderno de Encargos e respetivos anexos.



Com os melhores cumprimentos,

---

**(Assinatura do Dirigente)**



## ANEXO I

### MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 – . . . (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) . . . (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de . . . (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) . . .

b) . . .

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), .... (data), ... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1, e nos n.ºs. 2 e 3 do artigo 57.º.
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs. 4 e 5 do artigo 57.º.